

**EDUCAÇÃO CRÍTICA E PROTAGONISMO ESTUDANTIL:
TRANSFORMAÇÕES CURRICULARES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
EMANCIPATÓRIAS**

 <https://doi.org/10.56238/arev6n4-409>

Data de submissão: 25/11/2024

Data de publicação: 25/12/2024

Railene dos Santos Monteiro

Mestra e doutoranda em Ciências da Educação
Facultad Interamericana em Ciencias Sociales
Orcid: 0009-0009-5499-6142

Ricardo Figueiredo Pinto

Pós-doutor em Propriedade Intelectual e Educação
Universidade do Estado do Pará
Orcid:0000-0003-0323-485X

Kátia Silene Silva Souza

Doutora em Ciências da Educação
Facultad Interamericana em Ciencias Sociales
Orcid: 0000-0001-7722-7199

Lúcia Beatriz Ott Ferreira

Doutoranda em Educação
Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA
Orcid: 0000-0001-9933-0488

André Monteiro da Silva

Mestrando em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável
Universidade Federal do Amapá
Orcid: 0009-0006-1641-535X

Armando Alves Júnior

Mestre e doutorando em Ciências da Educação
Facultad Interamericana em Ciencias Sociales
Orcid: 0009-0001-8310-2429

Marco Antônio Barros dos Santos

Doutor em Educação
Universidade do Estado do Pará
Orcid: 0009-0002-4663-4562

Aníbal Neves da Silva

Doutor em Ciências da Educação
Facultad Interamericana em Ciencias Sociales
Orcid: 0000-0003-4254-0171

RESUMO

O artigo aborda a evolução histórica da educação e a transição de modelos pedagógicos tradicionais para práticas críticas e emancipadoras, com foco no protagonismo estudantil. Inicialmente, examina as práticas educativas primitivas, vinculadas à sobrevivência e à transmissão cultural, até o surgimento de escolas formais centradas na hierarquia e na memorização. O modelo de educação tradicional, caracterizado pela centralidade do professor e currículos rígidos, é analisado em suas limitações, como a reprodução de desigualdades sociais e a ausência de autonomia e criatividade no processo de aprendizagem. Com base nas críticas de autores como Paulo Freire, Demeval Saviani, Moacir Gadotti e Edgar Morin, o artigo apresenta a educação crítica como uma alternativa transformadora. Essa abordagem enfatiza o diálogo, a contextualização dos conteúdos e a valorização das vivências dos alunos, promovendo a formação de sujeitos autônomos e capazes de transformar suas realidades. O protagonismo estudantil surge como elemento central desse paradigma, ao reconhecer os estudantes como agentes ativos no processo de construção do conhecimento. O texto também explora práticas pedagógicas inovadoras, como a aprendizagem baseada em projetos, a sala de aula invertida e o uso de tecnologias digitais, que fortalecem a autonomia dos alunos. Por fim, o artigo reafirma a relevância de uma educação crítica e do protagonismo estudantil como pilares para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, destacando o papel central da escola e do professor nesse processo de transformação educacional.

Palavras-chave: Protagonismo Estudantil, Transformações Curriculares, Educação Crítica.

1 INTRODUÇÃO

A evolução da educação reflete as transformações sociais, culturais e econômicas ao longo da história. Este trabalho propõe uma análise que percorre desde as práticas educacionais tradicionais, marcadas pela centralidade do professor e pela transmissão de conteúdos preestabelecidos, até as abordagens contemporâneas que defendem uma educação crítica e emancipatória. O contexto histórico das escolas liberais tradicionais é explorado, destacando sua função de preparar os alunos para o mercado de trabalho e perpetuar uma estrutura hierárquica, muitas vezes alheia às vivências e necessidades dos estudantes.

Em contraponto, as limitações desse modelo impulsionaram o surgimento de pedagogias progressistas, que colocam o aluno no centro do processo educativo. Essas propostas valorizam a experiência individual, promovem a autonomia e incentivam o pensamento crítico, posicionando a educação como ferramenta de transformação social.

O texto também apresenta a evolução das gerações de currículos, analisando como as mudanças estruturais nos modelos educacionais refletem um movimento contínuo da memorização e reprodução de conhecimentos para a construção ativa do saber. Nessa trajetória, o protagonismo estudantil surge como um elemento central, redefinindo o papel do aluno como coautor do processo de aprendizagem e agente transformador de sua realidade.

Dessa forma, este estudo busca conectar passado e presente, investigando como as práticas pedagógicas podem promover uma educação mais inclusiva, crítica e significativa, alinhada aos desafios de uma sociedade em constante mudança.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO: DAS ORIGENS PRIMITIVAS¹ ÀS ESCOLAS LIBERAIS TRADICIONAIS

A educação acompanha a evolução da humanidade, refletindo as necessidades e os contextos de cada período histórico. No início, as práticas educativas estavam diretamente vinculadas à sobrevivência e à perpetuação de saberes essenciais para a vida em sociedade. Para Gadotti (2003), a reprodução dos conhecimentos ocorria de forma espontânea e prática, por meio de observação, imitação e oralidade, geralmente dentro do núcleo familiar ou comunitário.

¹ O uso do termo reflete a terminologia encontrada em fontes históricas e literaturas clássicas. Não é empregado com a intenção de desqualificar ou inferiorizar as sociedades descritas, mas sim para preservar o contexto original das obras citadas. A expressão deve ser compreendida dentro de seu uso histórico, e não como uma representação valorativa das culturas mencionadas.

Essas sociedades viviam em constante interação com a natureza, o que moldava sua forma de ensinar. Caça, pesca, cultivo, confecção de utensílios e rituais religiosos eram transmitidos de geração em geração sem qualquer sistematização ou separação entre educação e vida cotidiana. Nesse modelo, todos eram aprendizes e mestres, e a transmissão do conhecimento estava ligada à experiência e à convivência.

Com o advento das primeiras civilizações organizadas, como na Mesopotâmia, Egito, Índia e China, surgiram à necessidade de sistematizar conhecimentos. O desenvolvimento da escrita e das estruturas sociais mais complexas deu origem a uma educação mais formalizada, voltada para funções específicas, como a formação de escribas, sacerdotes e administradores. Esse processo de formalização marcou o início da transição de uma educação comunitária para um sistema centralizado, com a criação de escolas nas quais o acesso ao conhecimento era restrito às elites.

A consolidação da educação formal se intensificou na Grécia Antiga e em Roma, onde se desenvolveram modelos que inspiraram as escolas liberais tradicionais. Na Grécia, a educação visava formar cidadãos capazes de participar ativamente da pólis², com ênfase em disciplinas como filosofia, retórica e ética. Por outro lado, Roma adaptou esse modelo, enfatizando a preparação para funções práticas, como administração e direito, consolidando a ideia de ensino organizado em espaços formais.

Com a ascensão do cristianismo na Idade Média, as práticas educacionais foram amplamente influenciadas pela Igreja. Mosteiros e catedrais tornaram-se os principais centros de ensino, onde o objetivo era preservar e transmitir os saberes clássicos, além de difundir a doutrina religiosa. A educação medieval era hierárquica, com forte controle da Igreja, e voltada para a formação moral e espiritual, perpetuando uma estrutura que favorecia a manutenção do *status quo* social (Freire, 1970).

Somente no Renascimento e, mais tarde, na Revolução Industrial, a educação passou por transformações significativas. O surgimento das escolas liberais tradicionais no século XVIII foi impulsionado pelas mudanças econômicas, sociais e políticas que demandavam uma nova classe de trabalhadores qualificados para atender às necessidades das economias capitalistas emergentes. Essas escolas, conforme Saviani (2018) introduziu uma abordagem sistemática e disciplinar, centrada na figura do professor como autoridade máxima.

Nesse modelo, a educação era vista como ferramenta para moldar indivíduos obedientes, produtivos e preparados para funções específicas no mercado de trabalho. As escolas tradicionais baseavam-se em currículos rígidos, com conteúdos preestabelecidos, e enfatizavam a memorização e

² A palavra "pólis" tem origem no grego antigo (*πόλις*), significando "cidade" ou "cidade-Estado". Etimologicamente, está relacionada ao conceito de organização política e social das comunidades gregas, que constituíam unidades autônomas com governo próprio. A raiz desse termo também deu origem a palavras modernas como "política" e "política pública".

a reprodução de conhecimentos. Esse sistema, embora eficiente para as necessidades da época, também refletia e reforçava as desigualdades sociais, privilegiando poucos e excluindo muitos.

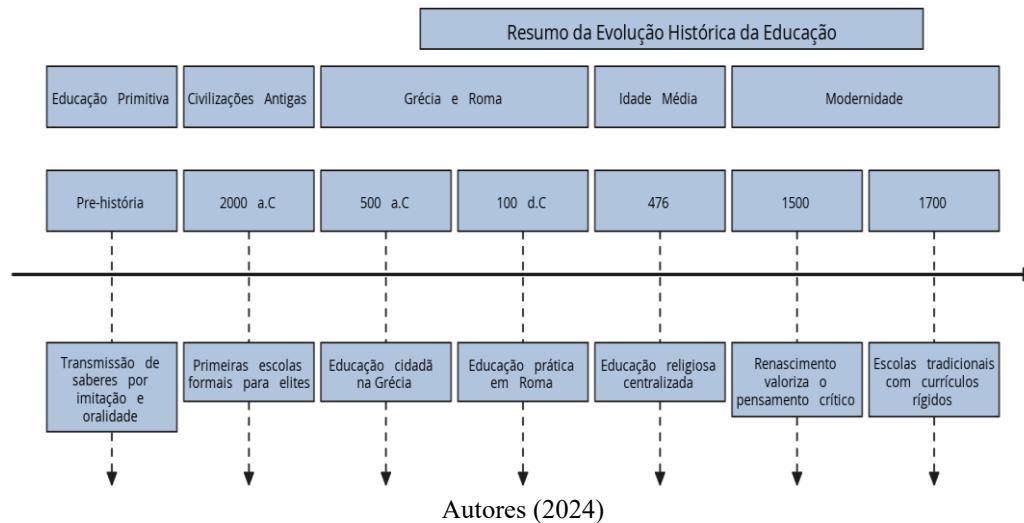
A transição das práticas primitivas para a educação formal revela como a educação, enquanto prática social reflete as dinâmicas econômicas, culturais e políticas de cada era.

A escola que temos hoje nasceu com a hierarquização e a desigualdade econômica gerada por aqueles que se apoderaram do excedente produzido pela comunidade primitiva. A história da educação, desde então, constitui-se num prolongamento da história das desigualdades econômicas. A educação primitiva era única, igual para todos; com a divisão social do trabalho aparece também a desigualdade das educação uma para os exploradores e outra para os explorados, uma para os ricos e outra para os pobres(Gadotti,2003, p.23).

Nesse percurso histórico, as bases para compreender as críticas que questionaram os limites das escolas tradicionais e propuseram novas abordagens, como a pedagogia crítica e emancipatória, encontram-se nas raízes dos modelos pedagógicos estruturados para responder às demandas sociais e econômicas de seus respectivos períodos históricos. Essas transformações foram moldadas pelas necessidades específicas de cada época, configurando cenários que gradualmente destacaram a centralidade do aluno no processo educativo.

A seguir, o quadro apresenta de forma esquematizada os principais momentos da evolução histórica da educação, desde as práticas primitivas até as escolas modernas, destacando suas características centrais e os contextos sociais que as moldaram.

Figura 1 - Evolução Histórica da Educação



Com o surgimento das escolas liberais tradicionais, a educação formal passou a desempenhar um papel fundamental na formação de indivíduos para atender às demandas econômicas e sociais da sociedade em vigência. Essas escolas, estabelecidas especialmente entre os séculos XVIII e XIX,

foram projetadas para preparar os alunos para o mercado de trabalho, enfatizando a aquisição de competências técnicas e intelectuais específicas. Para isso, assumiram características que marcaram a prática educacional, muitas das quais ainda influenciam sistemas educacionais contemporâneos.

Uma das marcas mais evidentes das escolas liberais tradicionais era a centralidade do professor no processo educativo. O professor ocupava a posição de autoridade máxima na sala de aula, sendo o detentor do conhecimento e responsável por transmiti-lo de forma unidirecional aos alunos. Essa abordagem refletia uma visão hierárquica da relação pedagógica, na qual o aluno era visto como um receptor passivo de informações.

O papel do professor, nesse modelo, era não apenas ensinar, mas também manter a ordem e disciplinar os estudantes (Freire, 1970), promovendo um ambiente estruturado e controlado. A figura do professor como "mestre absoluto" reforçava a ideia de que o aprendizado dependia exclusivamente da sua habilidade de transmitir conteúdos, enquanto os alunos eram avaliados pela sua capacidade de reproduzir com exatidão o que haviam recebido.

Essa centralização, embora eficiente para a organização do ensino em larga escala da época, limitava a autonomia dos alunos, dificultando o desenvolvimento de habilidades críticas e criativas. O foco na figura do professor como única fonte de saber ignorava as experiências, vivências e convivências dos estudantes, restringindo sua participação ativa no processo educativo.

De acordo com Edgar Morin (2000), a figura do professor tradicional é marcada por sua posição de autoridade central na sala de aula, onde ele é visto como a principal fonte de conhecimento. Esse professor tende a utilizar métodos expositivos, transmitindo informações de forma unidirecional, com pouca interação dos alunos. Além disso, ele valoriza a disciplina e a conformidade, frequentemente empregando estratégias de controle para manter a ordem.

Outro aspecto central das escolas liberais tradicionais relaciona-se ao currículo rígido e pré-definido. As disciplinas e conteúdos eram selecionados com base em critérios que atendiam às demandas do contexto econômico e político da época, priorizando o desenvolvimento de competências técnicas e intelectuais necessárias para funções específicas no mercado de trabalho.

Segundo Edgar Morin (2000), o currículo tradicional é caracterizado por sua rigidez e segmentação, onde as disciplinas são tratadas de forma isolada, sem considerar suas interconexões. Esse modelo curricular não se adapta às necessidades e interesses dos alunos, limitando a exploração de temas de maneira mais ampla e integrada. A ênfase está na memorização de conteúdos, em vez de promover um entendimento profundo e contextualizado, o que resulta em uma educação que não prepara adequadamente os estudantes para enfrentar a complexidade do mundo contemporâneo.

Esse modelo valorizava o ensino de matérias como leitura, escrita, aritmética e ciências básicas, que eram vistas como fundamentais para a formação de trabalhadores produtivos e cidadãos obedientes. Libâneo(2012), infere que o currículo tinha como objetivo transmitir conhecimentos universais, considerados neutros e atemporais, mas que, na prática, refletiam e perpetuavam valores dominantes, muitas vezes em detrimento de saberes locais ou culturais.

A abordagem pedagógica focava na memorização e na reprodução de informações, em vez de incentivar a reflexão crítica ou a criatividade. A avaliação era baseada em métricas padronizadas, como testes e exames, que mediam o desempenho dos alunos por meio de critérios objetivos e homogêneos. Essa estrutura tornava a educação um processo mecânico e instrumental, no qual o aprendizado era avaliado pela quantidade de informações que o aluno conseguia reter e reproduzir.

O treinamento técnico era outra prioridade nesse modelo, especialmente em contextos como a Revolução Industrial, quando a educação passou a ser vista como um mecanismo para preparar trabalhadores especializados. Oficinas, aulas práticas e disciplinas técnicas complementavam o currículo, reforçando o caráter utilitarista da educação tradicional.

A expansão da educação formal apresentava limitações significativas. A centralização no professor e a ênfase em currículos preestabelecidos criaram um ambiente educacional que muitas vezes negligenciava a individualidade dos alunos, suas experiências e necessidades. De acordo com Edgar Morin (2000), os alunos são instruídos a desconectar os objetos de seu contexto, a fragmentar as disciplinas em vez de perceber suas inter-relações, e a dissociar os problemas ao invés de agrupá-los e integrá-los.

Além disso, ao focar no treinamento técnico e na memorização, essas escolas preparavam os estudantes para funções específicas. Essa abordagem também reforçava as desigualdades sociais, ao excluir grupos marginalizados e limitar o acesso a uma educação que pudesse transformar suas circunstâncias.

Essas características formaram a base para as críticas posteriores ao modelo tradicional, que deram origem a movimentos pedagógicos progressistas e críticos. Esses movimentos propuseram uma nova concepção de educação que colocasse o aluno como protagonista do processo educativo, rompendo com a centralização do ensino no professor e promovendo práticas pedagógicas mais inclusivas e transformadoras.

2.2 LIMITAÇÕES DA EDUCAÇÃO TRADICIONAL E EMERGÊNCIA DA EDUCAÇÃO CRÍTICA

As escolas liberais tradicionais, apesar de representarem um avanço significativo na organização da educação formal, passaram a ser alvo de críticas a partir do século XX. Estudiosos começaram a questionar a capacidade desse modelo de promover o desenvolvimento integral dos indivíduos e de contribuir para a transformação social.

A centralidade no professor, o foco em conteúdos preestabelecidos e a ênfase na memorização eram vistos como fatores que limitavam a autonomia, a criatividade e o senso crítico dos alunos. Essa visão crítica foi amplamente explorada por autores como Paulo Freire, Dermeval Saviani, Moacir Gadotti e Edgar Morin que apontaram as limitações do modelo tradicional e propuseram alternativas que colocavam o aluno no centro do processo educativo.

Paulo Freire, um dos maiores expoentes da pedagogia crítica, introduziu o conceito de "educação bancária" para descrever o modelo tradicional de ensino. Segundo Freire, a educação bancária é caracterizada pela transmissão mecânica de conteúdos, em que o professor deposita informações nos alunos, como se fossem recipientes vazios. Esse modelo desumaniza a relação educativa, pois não reconhece os alunos como sujeitos ativos no processo de aprendizagem.

Freire criticava a passividade dos estudantes nesse sistema, onde o conhecimento era apresentado como algo acabado e desvinculado de suas vivências. Para ele, essa abordagem reforçava estruturas de poder e opressão, mantendo os indivíduos em uma posição de subordinação social. Em contraste, Freire propunha uma educação libertadora, fundamentada no diálogo, na problematização e na valorização das experiências dos educandos. Nesse modelo, o aprendizado seria construído coletivamente, permitindo que os alunos se tornassem agentes de transformação social.

Dermeval Saviani também teceu críticas contundentes à educação tradicional, destacando seu caráter reprodutivo. Para ele, o modelo tradicional não apenas transmitia conhecimentos, mas também reproduzia as desigualdades sociais existentes, legitimando as relações de poder e dominação. Saviani argumentava que a educação, ao se restringir à memorização e ao treinamento técnico, perdia seu potencial de transformação e contribuía para perpetuar a estrutura social vigente.

Ele ressaltava que o acesso à educação formal não era suficiente para promover a igualdade, pois o modelo tradicional ignorava as condições históricas e culturais dos alunos, especialmente daqueles oriundos de classes populares. Saviani defende uma pedagogia histórico-crítica, que reconhecesse o papel da educação na formação de uma consciência crítica e na transformação das condições sociais. Para ele, a escola deveria ser um espaço de emancipação, no qual os alunos pudessem compreender e questionar as estruturas que determinam suas vidas, preparando-se para atuar de forma ativa e consciente na sociedade.

Moacir Gadotti, outro importante representante da pedagogia crítica, ampliou as reflexões de Freire e Saviani, destacando a educação como um instrumento essencial para a transformação social. Para Gadotti, o modelo tradicional de ensino limitava-se a preparar os indivíduos para o mercado de trabalho, negligenciando seu potencial de formação integral e cidadã. Ele via a educação como um processo dinâmico e contínuo, que deveria promover não apenas o aprendizado de conteúdos, mas também o desenvolvimento de valores éticos e a capacidade de agir em prol de uma sociedade mais justa e democrática.

Ele enfatiza que a escola não pode ser neutra, ela sempre atua em função de determinados interesses, sejam eles de manutenção ou de transformação da sociedade. Nesse sentido, o autor defende uma educação crítica que questionasse as normas e valores impostos, estimulando os alunos a pensar de forma autônoma e a construir uma visão de mundo baseada na justiça social e na solidariedade.

De igual modo, o autor Edgar Morin fez crítica ao sistema educacional tradicional, aponta que a educação é fragmentada, com um currículo rígido que separa disciplinas e ignora suas inter-relações, priorizando a memorização em detrimento do pensamento crítico. O autor defende uma educação que vá além da simples transmissão de conteúdos, promovendo uma compreensão integrada das realidades humanas e permitindo que os alunos conectem diferentes saberes em um contexto mais amplo.

Ele também critica a superadaptação do ensino às demandas econômicas, que marginaliza a cultura humanista e compartimenta o conhecimento, comprometendo a criatividade dos alunos. Para ele, a verdadeira educação deve ser um processo de integração e contextualização, preparando os estudantes para a complexidade do mundo atual convergente com as complexidades humanas.

As críticas de Freire, Saviani, Gadotti e Morin ao modelo tradicional convergem para a necessidade de uma educação crítica e emancipatória, que rompa com as limitações impostas pela centralidade no professor e pelo currículo rígido. Esse novo paradigma valoriza o protagonismo estudantil, promovendo práticas pedagógicas baseadas no diálogo, na participação ativa dos alunos e na construção coletiva do conhecimento.

A educação crítica sobressai como uma resposta às contradições do modelo tradicional, ao reconhecer que a aprendizagem é um processo conectado às situações culturais, sociais e históricas dos indivíduos. Ela não busca transmitir conhecimentos, mas desenvolver uma consciência crítica que permita aos alunos compreender e transformar o mundo ao seu redor. (Freire, 1970).

Essa abordagem rompe com a visão mecanicista da educação, substituindo a lógica da memorização pela problematização e pela reflexão. O aluno deixa de ser um receptor passivo e assume o papel de protagonista, participando ativamente na construção do saber e no enfrentamento das

questões sociais. Assim, a educação crítica se apresenta como um caminho para superar as limitações do modelo tradicional, promovendo uma prática pedagógica transformadora e emancipatória.

A emergência da educação crítica como contraponto ao modelo tradicional representa uma ruptura paradigmática na forma de compreender o papel da escola e dos processos educativos. Essa abordagem coloca o aluno no centro do processo de ensino-aprendizagem, reconhecendo sua capacidade de construir conhecimento de maneira ativa e participativa.

Uma das principais características da educação crítica é sua conexão com a realidade do educando. Diferente do modelo tradicional, que frequentemente desvincula o conteúdo escolar do contexto social e cultural dos estudantes, a educação crítica parte do princípio de que o aprendizado só é significativo quando dialoga com a experiência de vida dos alunos.

Paulo Freire enfatizava a importância da "leitura do mundo" antes da leitura das palavras, defendendo que a escola deve considerar as vivências, as histórias e os saberes populares como elementos fundamentais no processo educativo. Essa abordagem busca transformar o conhecimento em algo vivo, capaz de dialogar com os desafios concretos enfrentados pelos alunos em sua realidade cotidiana.

Ao valorizar o contexto de cada educando, a educação crítica também promove uma visão multicultural e inclusiva, reconhecendo e respeitando as diversas identidades e perspectivas presentes na sala de aula. Essa conexão com ambiente contribui para que o aprendizado ultrapasse os limites da sala de aula, tornando-se um instrumento para a compreensão e transformação da sociedade.

A educação crítica defende que a principal função da escola não é apenas transmitir conhecimentos técnicos ou preparar os indivíduos para o mercado de trabalho, mas também fomentar a emancipação intelectual e social dos estudantes. Implica formar cidadãos capazes de questionar, refletir e agir sobre a realidade em que estão inseridos, rompendo com estruturas opressoras e promovendo mudanças sociais significativas.

A emergência da educação crítica também demanda uma transformação nas práticas pedagógicas. O docente deixa de ser apenas um transmissor de conteúdos e assume o papel de mediador, facilitador e co-construtor do conhecimento. A aula tradicional, centrada na exposição e na memorização, dá lugar a atividades participativas, investigativas e colaborativas, que incentivam os alunos a aplicar o que aprendem em contextos reais.

Morin(2000) enfatiza a necessidade de uma transformação nas práticas pedagógicas para que a educação possa responder adequadamente aos desafios do mundo contemporâneo. Ele argumenta que a reforma do pensamento é essencial para essa transformação, pois permite uma organização mais integrada do conhecimento. Para ele, a educação deve ir além da mera transmissão de informações,

promovendo uma abordagem que conecte diferentes saberes e contextos, favorecendo o desenvolvimento do pensamento crítico e a capacidade de contextualização. Essa mudança nas práticas pedagógicas deve buscar uma visão integral, que prepare os alunos para lidar com a complexidade da realidade, integrando as diversas áreas do saber.

Essa mudança não ocorre sem desafios, especialmente em sistemas educacionais ainda fortemente influenciados pelo modelo tradicional. No entanto, a proposta de uma educação crítica abre novas possibilidades para uma escola que valoriza o protagonismo estudantil, o pensamento autônomo e a transformação social, reafirmando o papel central da educação na construção de um mundo mais consciente e solidário. Assim, a educação crítica surge como uma resposta às limitações do modelo tradicional, ao reconhecer o aluno como sujeito ativo no processo educativo e a escola como um espaço de diálogo e emancipação.

2.3 PEDAGOGIA PROGRESSISTA E A CENTRALIDADE DO ALUNO

O aluno deixa de ser visto como um receptor passivo de conteúdos e assume o papel de sujeito ativo na aprendizagem. Essa abordagem considera que o aprendizado é mais eficaz quando parte dos interesses, das necessidades e das experiências dos estudantes. Paulo Freire, em sua crítica à educação bancária, enfatiza que o aluno não deve ser tratado como um depósito de informações, mas como um autor do conhecimento, alguém que contribui com suas vivências para a construção coletiva do saber. Nesse modelo, o currículo se torna flexível, adaptado às realidades dos alunos e conectado ao contexto social em que estão inseridos.

A centralidade do aluno também implica o desenvolvimento de habilidades que vão além da memorização, como o pensamento crítico, a criatividade e a capacidade de resolver problemas. Freire(1970), infere que a escola se transforma em um espaço de descoberta e diálogo, onde o conhecimento é construído em parceria entre alunos e professores.

De acordo com Morin(2000), o professor deve ir além de ser um simples transmissor de conhecimento, assumindo um papel multifacetado como facilitador, mentor e agente de transformação. Ele deve promover a sapiência, ajudando os alunos a converter informações em conhecimento e sabedoria, e fomentar a compreensão humana, promovendo uma cidadania global que valorize a diversidade cultural.

Além disso, o professor deve ser um agente de mudança, reformando práticas pedagógicas para integrar diferentes saberes e preparar os alunos para a complexidade do mundo. É importante que ele incorpore uma dimensão artística em seu ensino, envolvendo-se emocionalmente com os alunos, e

adote uma abordagem integral, conectando disciplinas e contextos para facilitar a aplicação do conhecimento em situações reais.

Essa mudança de postura exige do professor uma sensibilidade para identificar as potencialidades de cada aluno e criar condições para que o aprendizado ocorra de forma participativa e colaborativa. O professor também assume a responsabilidade de estimular o pensamento crítico, promovendo situações que desafiem os alunos a questionar, refletir e propor soluções para problemas reais.

Libâneo(1999) ressalta a importância da interação entre professor e aluno. Para ele, a relação pedagógica deve ser dialógica, baseada no respeito mútuo e na cooperação. Essa interação não elimina a autoridade do professor, mas redefine sua função como um guia que promove o desenvolvimento integral do aluno.

A pedagogia progressista marca uma ruptura significativa com o modelo tradicional ao colocar o aluno no centro do processo educativo. Com base em contribuições teóricas essa abordagem transforma a relação entre professor e aluno, promovendo uma prática pedagógica que valoriza o diálogo, a interação e o protagonismo.

Ao reconhecer o potencial de cada aluno como construtor de conhecimento, a pedagogia progressista não apenas enriquece o processo de ensino-aprendizagem, mas também contribui para a formação de cidadãos críticos e engajados, capazes de compreender e transformar a realidade em que vivem.

2.4 GERAÇÕES DE CURRÍCULOS: DA MEMORIZAÇÃO AO PROTAGONISMO ESTUDANTIL

A evolução das práticas pedagógicas na história da educação pode ser analisada por meio das gerações de currículos (Silva, 1999), que refletem mudanças nas concepções de ensino e aprendizagem. Cada geração traz consigo um conjunto de princípios e objetivos que marcam diferentes modos de pensar a relação entre conhecimento, professor e aluno, desde um enfoque na transmissão de saberes até a valorização do protagonismo estudantil.

A teoria do currículo, conforme discutida por Silva(1999), abrange uma variedade de abordagens que influenciam a forma como o conteúdo educacional é estruturado e ensinado. Entre as principais teorias, a tradicional se concentra na transmissão de conhecimentos fundamentais, priorizando o conteúdo e a disciplina. Em contraste, teoria crítica, por sua vez, analisa as dinâmicas de poder e a influência social no currículo, incentivando uma reflexão sobre as práticas educacionais e a formação da identidade.

O currículo tradicional, como exposto acima, tem suas raízes predominantes nas escolas liberais tecnicistas, é caracterizado por uma abordagem que prioriza a transmissão de conteúdos em grandes. Essa concepção de ensino entende o conhecimento como algo acabado e universal, a ser passado do professor – visto como detentor da verdade – para o aluno, tratado como receptor passivo.

Nesse modelo, conforme, Gadotti o foco está na memorização de fatos e conceitos, muitas vezes desvinculados da realidade do aluno. A avaliação se concentra em medir a capacidade de reprodução do conhecimento, por meio de provas e testes padronizados.

Conquanto tenha contribuído para a estruturação de sistemas educacionais em larga escala, o currículo tradicional enfrenta críticas por não preparar os alunos para o pensamento crítico ou para a resolução de problemas complexos. Essa abordagem também limita a capacidade dos estudantes se reconhecerem como sujeitos ativos na construção do saber(Freire,1970) reforçando um modelo hierárquico e centralizado na figura do professor.

Por outro é consonante na literatura a relevância de um currículo crítico, que ao contrário do tradicionalista, busca examinar e questionar as relações de poder e as influências sociais que moldam o processo educacional. Essa teoria propõe uma reflexão que ressalta as práticas pedagógicas, enfatizando a necessidade de considerar o contexto social e cultural dos alunos, não se limita à mera transmissão de conteúdos, mas busca promover uma educação que desenvolva a consciência crítica dos estudantes. Ele incentiva os alunos a questionarem as normas, valores e estruturas sociais que os cercam, promovendo uma formação que vai além do conhecimento técnico, visando à transformação social.

Silva(1999) destaca que essa abordagem é fundamental para a formação de indivíduos que não apenas absorvem informações, mas que também se tornam agentes de mudança em suas comunidades. É como uma ferramenta para empoderar os alunos, permitindo que eles compreendam e atuem sobre as realidades sociais que enfrentam.

De igual maneira, Morin(2007) corrobora para uma nova estruturação do currículo, no sentido de tirar as amarras do tradicionalismo, a qual prega as seguintes características para um currículo crítico. A primeira trata-se da integração de saberes, uma perspectiva interdisciplinar, pois remete a união das ciências e conhecimentos das humanidades, promovendo uma abrangência que permita aos alunos entenderem a complexidade da condição humana e do mundo em que vivem.

A educação transdisciplinar, segunda característica do autor supracitado, defende uma abordagem transdisciplinar, na qual rompe as barreiras entre as disciplinas (grades curriculares), proporcionando aos alunos conexões significativas entre diferentes áreas do conhecimento. Prepara o

sujeito ao enfrentamento de problemas complexos que não podem ser resolvidos a partir de uma única perspectiva.

Já a terceira característica tende focar na Condição Humana, uma vez que o currículo deve incluir o ensino sobre a condição humana, a identidade terrena e a ética do gênero humano, promovendo uma educação que não apenas informe, mas também forme cidadãos conscientes e responsáveis.

Mais recentemente, a emergência do currículo pós-crítico trouxe uma nova perspectiva para o debate educacional, propondo uma visão plural, interdisciplinar e inclusiva do ensino. Essa geração de currículos reconhece a complexidade e a diversidade das experiências humanas, defendendo que o conhecimento não pode ser reduzido a uma única perspectiva ou abordagem.

O currículo pós-crítico integra elementos de diferentes áreas do saber, promovendo uma visão ampla e conectada da realidade. Essa abordagem valoriza temas transversais, como sustentabilidade, direitos humanos e diversidade cultural, que estimulam os alunos a desenvolver uma compreensão global e interdependente do mundo.

O protagonismo estudantil é um elemento central nessa abordagem, pois os alunos são incentivados a participar ativamente. O professor, por sua vez, atua como um mediador que facilita a construção coletiva do conhecimento, promovendo um ambiente de aprendizado inclusivo e democrático.

A análise das gerações de currículos revela um movimento gradual, mas significativo, em direção a práticas pedagógicas que valorizam o protagonismo estudantil. Esse processo de transição reflete uma mudança paradigmática no papel da educação, que deixa de ser um instrumento de reprodução social para se tornar um espaço de emancipação e transformação. A valorização do protagonismo estudantil não apenas enriquece o aprendizado, mas também contribui para a formação de indivíduos críticos, criativos e engajados, capazes de atuar de maneira significativa em suas comunidades e no mundo.

Ao incorporar elementos das diferentes gerações de currículos, o modelo educacional contemporâneo, de acordo com Gadotti(1992), tem o potencial de superar as limitações do passado e de construir um futuro mais inclusivo e equitativo, onde a educação desempenha um papel central no desenvolvimento humano e social.

O protagonismo estudantil surge como um ponto central na evolução curricular, especialmente nas propostas pedagógicas mais recentes, que buscam uma formação mais autêntica e transformadora para os estudantes. A ideia de que os alunos devem ser agentes ativos de seu próprio aprendizado desafia o modelo tradicional de ensino, onde a figura do aluno é muitas vezes reduzida a um receptor

passivo de informações. Em contraste, no contexto das abordagens pedagógicas mais atuais, o estudante é visto como um sujeito que participa, questiona, constrói e, acima de tudo, protagoniza seu processo de aprendizagem.

Esse movimento para colocar o aluno no centro do processo educacional reflete uma transformação significativa nas práticas pedagógicas. Quando o aluno é incentivado a ser o protagonista de sua própria formação, ele não só se torna mais motivado e engajado, mas também adquire a autonomia necessária para fazer escolhas informadas sobre seu percurso educacional e profissional. Esse protagonismo, portanto, não se limita apenas à participação ativa nas aulas, mas também à capacidade de se envolver de maneira crítica e reflexiva nas questões sociais, políticas e culturais que afetam seu contexto.

Uma das maneiras mais eficazes de fomentar o protagonismo estudantil é por meio de práticas pedagógicas que promovem a autonomia do educando(Freire,2006). Essas práticas, ao invés de prescrever um único caminho para o aprendizado, oferecem aos alunos as ferramentas e a liberdade para que eles desenvolvam suas próprias estratégias de estudo e resolução de problemas.

A autonomia é essencial para que o aluno se torne um pensador independente e, ao mesmo tempo, um cidadão crítico e responsável. O desenvolvimento de habilidades como a tomada de decisões e a autogestão do aprendizado são fundamentais nesse processo. Para isso, de acordo com Morin(2010)é necessário um ambiente educacional que favoreça a exploração e a curiosidade dos estudantes, ao invés de restringir suas possibilidades ao simples cumprimento de tarefas mecânicas ou repetitivas

Práticas como o trabalho colaborativo, projetos interdisciplinares, e a utilização de metodologias ativas (como a aprendizagem baseada em projetos, sala de aula invertida, entre outras) são exemplos de como a autonomia pode ser promovida no cotidiano escolar. Essas práticas desafiam o modelo tradicional e oferecem ao aluno um papel mais ativo e responsável em sua aprendizagem, permitindo-lhe, por exemplo, decidir sobre os temas que deseja investigar, como organizar seu tempo e com quem colaborar no processo de pesquisa.

Além disso, as avaliações formativas (Luckesi, 2002), que buscam acompanhar o progresso do aluno ao longo do tempo, em vez de se concentrar em um único exame final, também são uma forma de promover a autonomia. Essas avaliações incentivam os alunos a refletirem sobre seu próprio aprendizado, identificando suas dificuldades e traçando estratégias para superá-las. O feedback contínuo e construtivo, nesse contexto, se torna uma ferramenta essencial para o desenvolvimento da autonomia, pois permite ao aluno ajustar seus métodos de estudo e aprimorar suas habilidades.

Segundo Bacich & Moran (2018) existem várias práticas inovadoras que podem ser observadas em escolas que adotam o protagonismo estudantil como central em sua proposta pedagógica. O método de aprendizagem baseada em projetos (ABP), por exemplo, é uma estratégia que coloca os alunos como protagonistas ao envolvê-los na resolução de problemas reais e complexos. Neste modelo, os alunos são desafiados a trabalhar de forma colaborativa, aplicar seus conhecimentos de forma criativa e pesquisar soluções para questões que tenham impacto no seu cotidiano e na sua comunidade. O foco não está apenas no conteúdo disciplinar, mas no desenvolvimento de competências e habilidades como pensamento crítico, colaboração, comunicação e tomada de decisões.

Outra prática inovadora é a sala de aula invertida, que reconfigura o espaço tradicional de aprendizagem. Nesse modelo, os alunos têm acesso antecipado ao conteúdo teórico, geralmente por meio de vídeos ou leituras online, e o tempo em sala de aula é dedicado à aplicação prática desse conteúdo. Durante as aulas, os alunos participam de atividades como discussões, resolução de problemas e trabalhos em grupo, enquanto o professor atua como facilitador, ajudando os estudantes a compreenderem e aplicarem os conceitos. Esse formato permite que os alunos se tornem responsáveis pelo seu aprendizado e desenvolvam uma postura ativa frente ao conteúdo estudado.

O uso de tecnologias digitais, como plataformas de aprendizagem online e recursos interativos, quando utilizado como suporte didático tem se mostrado uma ferramenta para promover o protagonismo estudantil. Por meio dessas tecnologias, os alunos podem acessar conteúdos diversos, colaborar com colegas de diferentes regiões e até mesmo criar seus próprios materiais educativos. O uso dessas ferramentas amplia as possibilidades de aprendizagem e oferece ao aluno um grau maior de flexibilidade e controle sobre seu processo educativo.

Além disso, a educação empreendedora é uma área que tem ganhado destaque no contexto do protagonismo estudantil. Ao ensinar os alunos a identificar oportunidades, criar soluções inovadoras e trabalhar de maneira independente, essa abordagem os prepara para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, incentivando-os a assumir papéis de liderança e a se engajar ativamente na transformação de sua realidade. No ambiente escolar, a educação empreendedora pode se manifestar em projetos que incentivem a criação de negócios sociais ou em iniciativas de impacto comunitário.

As práticas inovadoras acima têm em comum a ideia de que o aluno deve ser o protagonista de seu aprendizado. Elas buscam desenvolver uma postura ativa e reflexiva, incentivando o estudante a fazer escolhas, a questionar, a dialogar e a colaborar, criando um ambiente em que o aprendizado é uma construção contínua e coletiva. Nesse sentido, o protagonismo estudantil vai além da simples participação nas atividades escolares, trata-se de uma transformação na maneira de pensar a educação, onde o aluno é, de fato, o centro do processo de ensino-aprendizagem.

Ao integrar essas práticas pedagógicas inovadoras e centradas no aluno, o currículo contemporâneo não só se alinha com os desafios do século XXI, mas também contribui para a formação de cidadãos mais críticos, autônomos e capazes de atuar de maneira transformadora na sociedade. O protagonismo estudantil, portanto, não é apenas uma estratégia de ensino, mas uma postura fundamental para o desenvolvimento pleno do aluno como sujeito de seu próprio aprendizado e da transformação social.

2.5 EDUCAÇÃO CRÍTICA E A CONSTRUÇÃO DO PROTAGONISMO ESTUDANTIL

Nesse contexto crítico, o protagonismo estudantil surge como um princípio fundamental, representando a capacidade dos alunos de se tornarem sujeitos ativos no processo de construção do conhecimento, ao invés de meros receptores de conteúdos. A relação entre educação crítica e protagonismo estudantil está interligada, pois ambas buscam capacitar os estudantes a compreender e transformar a realidade ao seu redor, promovendo uma aprendizagem significativa que valoriza as experiências e vivências dos alunos.

O protagonismo estudantil refere-se ao papel ativo do aluno na construção de seu próprio aprendizado, no qual ele assume a responsabilidade por sua trajetória educativa, não apenas como receptor de conteúdos, mas como agente transformador de sua própria realidade e da comunidade. O protagonismo, portanto, não se restringe à participação em atividades escolares, mas envolve o desenvolvimento de uma atitude crítica, reflexiva e autônoma diante dos desafios e da aprendizagem.

Dentro de uma abordagem crítica, o protagonismo estudantil é mais do que um simples exercício de autonomia, ele se configura como um processo contínuo de engajamento e empoderamento, no qual o aluno não apenas adquire conhecimentos, mas também aprende a questionar, analisar e interagir de maneira crítica com o mundo ao seu redor (Morin, 2007). O aluno, nesse sentido, deixa de ser um sujeito passivo que apenas responde ao que lhe é imposto, passando a ser o sujeito ativo, capaz de decidir, refletir e agir de acordo com suas próprias vivências e interesses.

A construção ativa do conhecimento é um conceito central dentro da educação crítica e está ligada ao protagonismo estudantil. Ao contrário de um modelo educacional que vê o aluno como um mero receptor, a construção ativa do conhecimento considera o aluno como um co-participante da aprendizagem, em constante interação com o conteúdo, com o professor e com seus colegas. Esse processo implica uma abordagem em que o aluno explora, questiona, reflete e aplica o conhecimento, sendo incentivado a tomar decisões informadas, resolver problemas (Freire, 1970) e criar soluções a partir de suas próprias experiências e vivências.

A ideia de que o conhecimento é construído de forma ativa e interativa reflete uma pedagogia que vem sendo fincada na história da educação de modo que a concepção construtivista piagetiniana, considera o aluno não é um espectador, mas um construtor do saber. Esse processo envolve a interação contínua do aluno com seu ambiente de aprendizagem, no qual ele é incentivado a fazer conexões entre o conteúdo e as questões reais que o cercam. Assim, o aluno não apenas memoriza ou repete o que lhe é ensinado, mas também se torna capaz de aplicar esse conhecimento para resolver situações novas, muitas vezes complexas, que demandam criatividade e pensamento crítico.

Nesse contexto, a teoria sociocultural (sociointeracionista) de Vygotsky também desempenha um papel fundamental na construção ativa do conhecimento. Ao trabalhar colaborativamente com outros alunos através da zona de desenvolvimento proximal, o estudante tem a oportunidade de trocar ideias, refletir sobre diferentes perspectivas e construir coletivamente soluções e respostas, seguindo os outros dois níveis de desenvolvimento de Vygotsky, desenvolvimento real, o que a criança faz sozinha e desenvolvimento potencial criança pode fazer com a intervenção do outro. Isso reforça a ideia de que o aprendizado não é um processo solitário, mas sim algo que se dá dentro de um contexto social, no qual as experiências e vivências dos alunos se tornam fontes valiosas de conhecimento e compreensão.

A educação crítica destaca a importância de valorizar as experiências e vivências dos alunos como elementos essenciais em seu processo de aprendizado. Baseando-se na teoria da aprendizagem significativa de David Ausubel, essa abordagem reconhece que o aprendizado se torna mais eficaz quando as novas informações são ancoradas aos conhecimentos prévios do estudante, conhecidos como subsunções. Ao incorporar essas vivências pessoais, culturais e sociais no currículo e nas práticas pedagógicas, a escola cria uma ponte entre o que o aluno já sabe e o novo conteúdo a ser aprendido, utilizando os organizadores prévios como estratégia para facilitar essa conexão.

Esse reconhecimento não apenas torna o aprendizado mais significativo e relevante, mas também valida as diferentes formas de conhecimento que os alunos trazem consigo, considerando-as parte fundamental na construção do saber. Assim, a valorização das experiências dos educandos contribui para sua emancipação, ajudando-os a perceberem-se como sujeitos ativos e autônomos em seu próprio processo de aprendizado, alinhando-se aos princípios de uma educação crítica e transformadora.

A valorização das vivências do aluno também está relacionada à ideia de contextualização do ensino. Em vez de ensinar conteúdos de maneira descontextualizada, a educação crítica propõe que o conhecimento seja conectado à realidade do aluno, levando em consideração suas condições de vida, seus interesses e suas preocupações. Ao fazer isso, a escola não apenas estimula o engajamento dos

alunos, mas também os prepara para intervir e transformar sua realidade de forma crítica e reflexiva (Freire, 1970).

A construção do protagonismo estudantil, dentro de uma educação crítica, não é apenas uma questão de permitir que o aluno se torne um agente ativo no processo de aprendizagem. Trata-se também de emancipar o estudante, ou seja, de capacitar-lo a compreender as dinâmicas de poder que permeiam sua vida, a sociedade e o processo educacional. Ao compreender essas relações, o aluno pode agir de maneira autônoma, reflexiva e transformadora, buscando novas formas de entender e modificar sua realidade.

Neste sentido, a educação crítica, ao colocar o aluno no centro do processo educativo e ao promover sua participação ativa, se torna um meio de libertação. Liberdade, nesse contexto, não significa apenas a ausência de opressão, mas a capacidade de entender e alterar as estruturas sociais, políticas e culturais que limitam o potencial do indivíduo. A educação crítica busca, portanto, despertar a consciência crítica do aluno e prepará-lo para atuar como um agente transformador em sua própria vida e na sociedade.

Assim, a educação crítica e o protagonismo estudantil estão interligados em uma dinâmica que visa promover não apenas o aprendizado escolar, mas também a formação de cidadãos conscientes, críticos e preparados para transformar o mundo em que vivem.

3 CONCLUSÃO

Este artigo percorreu a trajetória da educação, desde suas origens nas práticas primitivas até as discussões contemporâneas sobre educação crítica e protagonismo estudantil, destacando como a evolução histórica moldou diferentes modelos pedagógicos. A análise revelou como as práticas pedagógicas centradas na transmissão de conteúdos e na figura do professor como autoridade máxima, deram lugar a abordagens mais reflexivas e participativas, com ênfase no envolvimento ativo dos alunos.

A educação crítica se apresenta como uma ruptura necessária com os modelos convencionais, propondo uma pedagogia que prioriza o sujeito autônomo e consciente de seu papel transformador na sociedade. Ao integrar os conceitos de educação crítica e protagonismo estudantil, este estudo enfatizou a importância de práticas pedagógicas que reconheçam os alunos como agentes centrais na construção de seu próprio saber e no enfrentamento dos desafios contemporâneos.

O percurso histórico corrobora, ainda, as limitações dos modelos educativos que ignoraram as vivências e realidades dos estudantes, perpetuando desigualdades e restringindo o potencial emancipatório da educação. Pensadores como Paulo Freire e Demeval Saviani criticaram essas

abordagens e defenderam a construção de um modelo pedagógico baseado no diálogo, na contextualização do ensino e na valorização das experiências dos educandos. Essa transição, do ensino técnico e memorizado para um currículo que promove a autonomia e o pensamento crítico, simboliza uma mudança no papel da escola e do professor.

O protagonismo estudantil, assim, surge como um ponto central dessa transformação, indo além da mera participação nas atividades escolares. Ele representa um processo de empoderamento, no qual os alunos se tornam coautores do conhecimento e agentes transformadores de suas realidades sociais.

Por conseguinte, este trabalho abre as discussões e ratifica que a educação crítica e o protagonismo estudantil são pilares indispensáveis para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Ao transformar o aluno em protagonista de sua própria formação, essas abordagens não apenas desafiam o *status quo*, mas também oferecem ferramentas para que os indivíduos compreendam, questionem e transformem o mundo ao seu redor. Essa pedagogia emancipatória não é apenas uma alternativa, mas uma necessidade para preparar os estudantes para os desafios da sociedade contemporânea, contribuindo para um futuro mais equitativo e inclusivo.

REFERÊNCIAS

- AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J. D.; HANESIAN, H. Educational Psychology: A Cognitive View. 2. ed. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1978.
- BACICH, Lilian; MORAN, José. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Paulo Freire: educar para transformar. 2005.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- FREIRE, PAULO Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 33 ed. São Paulo: Paz e terra, 1997.
- FREIRE, Ana Maria Araújo. Educação para a paz segundo Paulo Freire. Educação, v. 29, n. 2, p. 387-393, 2006.
- GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. São Paulo: Editora Ática, 2003.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1999.
- LIBÂNEO, José Carlos; SAVIANI, Dermeval. Pedagogia e Didática: Teoria e Prática da Docência. Campinas: Autores Associados, 2003.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. 42. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Autores associados, 2021
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar. São Paulo: Cortez, 2002.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 2002
- PIAGET, J. A formação do símbolo na criança. Rio de Janeiro: LTC, 1990.
- MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2000.